

Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 95ª REUNIÃO

Data: 27 e 28 de março de 2017.

Local: SRHQ/MMA - Ed. Marie Prendi Cruz, localizado na SEPN 505, sala CT-01.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Fazenda: Jefferson Marinho (jefferson.marinho@fazenda.gov.br)
2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: José Silvério da Silva (jose.silverio@agricultura.gov.br)
3. Ministério do Meio Ambiente: SRHU: Geraldo Sandoval Góes (geraldo.goes@mma.gov.br)
4. Ministério do Meio Ambiente – ANA: Marco Antônio Mota Amorim (marco.amorim@ana.gov.br)
5. Ministério de Minas e Energia: Renato Dalla Lana (renato@mme.gov.br)
6. CERH MG/ES: CERH-MG: Sônia de Souza Ferreira (sonia.ferreira@meioambiente.mg.gov.br)
7. CERH RJ/SP: CERHI – RJ: Lívia Soalheiro (Liviasoalheiro@gmail.com)
8. CERH PB/BA: CERH – BA: Monica Portella Lima (monica.lima@inema.ba.gov.br)
9. Irrigantes: José Carlos Pires (josecarlospires@gmail.com)
10. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário – AESBE/SABESP: Silvio Renato Siqueira (srsiqueira@sabesp.com.br)
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica – ABRAGE: Mônica Irion Almeida (monica.irion@copel.com)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)
13. Indústria – FIESP: Alexandre Luis Almeida Vilella – FIESP (alexandre.vilella@fiesp.com.br)
14. Comitês de Bacias Hidrográficas - CBHs Pardo e Gravatahy: Hélio César Suleiman (bpg@daee.sp.gov.br)
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas - Consórcio PCJ: Paulo Tinell (operacao.agua@sanasa.com.br)
16. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Jaildo dos Santos Pereira (jaildo@yahoo.com)
17. Organizações Não-Governamentais - FONASC-CBH: João Clímaco (fonasc.cnrh@gmail.com)

DEMAIS PRESENTES:

1. Ariane Donatti (arianecd@ssrh.sp.gov.br)
2. Gustavo Goretti (gustavo.goretti@cna.org.br)
3. João Fernandes da Silva (joaofernandes@aesa.pb.gov.br)
4. José Quadrilli Neto (jneto@cni.org.br)
5. Maria Aparecida Vargas (vargasma@terra.com.br)
6. Ney Murtha (murtha@ana.gov.br)
7. Percy Soares Neto (psouares@cni.org.br)
8. Carlos Motta Nunes (carlos.motta@ana.gov.br)

RELATORIA: Tarcisio Nunes (SRHU/MMA) – tarcisio.nunes@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: nos dias 27 e 28 de março de 2017, a Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos (CTCOB), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), realizou sua 95ª reunião, em Brasília, convocada há 20 dias, sob a presidência da Sra. Livia Soalheiro (INEA-RJ), tendo como Relator o Sr. Tarcisio Nunes (SRHU/MMA), da Secretaria Executiva do CNRH, e discutiu: [Item 1 - Abertura/Informes](#): a Presidente deu as boas-vindas e solicitou que todos se apresentassem. Em seguida, leu a pauta da reunião. [Item 2 – Aprovação da minuta da Ata da 94ª reunião da CTCOB](#): após alguns ajustes de redação, a minuta foi aprovada. [Item 3 - Apresentação das Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 \(Resolução CNRH nº 181/2016\), no que se refere à cobrança pelo uso de recursos hídricos, por representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente \(SRHQ/MMA\)](#): a Sra. Adriana Lustosa, gerente de projeto no Departamento de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - MMA, responsável pela coordenação da revisão do PNRH, foi convidada a apresentar os resultados atinentes a essa Câmara. Ela informou que o processo de revisão teve início em 2015, sendo a consulta pública em 2016, a fim de definir as prioridades e metas para o horizonte 2016-2020. Os resultados foram aprovados pela Plenária do CNRH na reunião de dezembro de 2016, por meio da Resolução 181. Foram aprovadas 16 prioridades, associadas a 71 metas, sendo os principais executores, o MMA, a Agência Nacional de Águas – ANA, o CNRH e o CT-Hidro. No caso da CTCOB, a prioridade elencada foi “Implantar a cobrança para usos significantes da água, visando incentivar a sua racionalização e obter recursos financeiros para a conservação das bacias hidrográficas”. Foram apontadas metas para a Câmara associadas a duas prioridades: 11 e 13: “Criar um marco regulatório para financiamento reembolsável aos usuários de recursos hídricos, com recursos oriundos da cobrança ou de outras fontes, para aplicação na bacia de origem”; “Revisar diretrizes e critérios para implementação da cobrança em bacias hidrográficas”; “Elaborar proposta para dinamizar e agilizar a aplicação dos recursos da cobrança”, e “Lançar edital para elaboração de um estudo para a revisão das metodologias em cobrança no Brasil com vistas ao seu aprimoramento, suas viabilidades e efetividade de aplicação”. Segundo ela, haverá acompanhamento do atingimento dessas metas pela SRHQ em conjunto com a CTPNRH, mas o Plano é flexível para adequar os prazos de acordo com a possibilidade de alcance dessas metas. A tarefa da CTPNRH e da SRHQ agora é pactuar juntamente com os executores, a execução das metas, etapas e seus prazos, a fim de facilitar seu acompanhamento. Ela informou que os resultados das consultas públicas serão publicados até julho, assim como a avaliação global do Plano, de 2006 a 2015, e a estratégia para implementação do Plano para o período 2016-2020. O objetivo é encaminhar até ao final do ano a avaliação da execução das metas para deliberação na reunião plenária do final do ano. Isso será feito todos os anos. O Sr. Silvio (SABESP) manifestou sua frustração quanto a ausência de consideração no PNRH das questões relacionadas às mudanças climáticas, tal qual na versão anterior. Sugeriu que essa temática seja incluída. A Sra. Adriana (SRHQ) informou que essa temática consta no PNRH, notadamente na prioridade nº 1. [Item 4 – Aprimoramento dos Mecanismos de Consulta e de Priorização da Aplicação dos Recursos Oriundos do Setor Elétrico. Apresentação pela Gerente Adriana Lustosa \(DRH-SRHQ-MMA\)](#): a presidente solicitou que a Sra. Adriana (SRHQ) apresentasse esse tema. Ela informou que essa consulta está relacionada à Resolução 70/2007 do CNRH e tem grande relação com o tema anterior, ou seja, as prioridades do PNRH. Essa Resolução “Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000”. Segundo ela, a Secretaria Executiva do CNRH realiza a consulta, expõe à CTCOB e após, à plenária, que encaminha à ANA para orientar a aplicação de seu orçamento. Porém, da forma como tem sido feita a consulta, dificulta saber qual o nível de

prioridade para cada ação. O PNRH não possuía metas definidas para o período 2012-2015. Agora sim, temos algo concreto. Sugeriu que a CTCOB avalie se irá manter esse mecanismo de consulta, segundo a Resolução 70, ou se irá referendar as metas do PNRH como prioridades para aplicação dos recursos da cobrança. A última consulta foi baseada apenas nos programas e subprogramas do PNRH. O relator informou que a Resolução 166 está vigente até o final de 2017 e, portanto, a Secretaria Executiva precisaria realizar a consulta no final do primeiro semestre desse ano. O Sr. Wilson (Turismo) questionou o prazo, uma vez que a consulta seria deliberada apenas na reunião plenária de dezembro, sendo que a ANA deve realizar sua programação orçamentária alguns meses antes. O Sr. Marco (ANA) afirmou que o orçamento é proposto com bastante antecedência e por isso, os resultados das consultas costumavam ser deliberados na plenária do meio do ano. O Sr. Geraldo (MMA) lembrou que a Secretaria Executiva realiza a consulta e recebe poucas respostas. Afirmou que se discutiu na CTCOB a possibilidade de deixar de realizar a consulta, adotando, assim, as prioridades advindas do PNRH, mas por pressão, principalmente dos representantes dos CBHs e sociedade civil, manteve-se a consulta. O Sr. Marco (ANA) argumentou que o PNRH do período 2012-2015 não era genérico, uma vez que os subprogramas eram detalhados em iniciativas e metas. O Sr. Wilson (Pescadores) levantou a questão se seria possível realizar a consulta e ter sua deliberação a tempo da plenária do meio do ano. A Sra. Adriana (SRHQ) sugeriu que a consulta solicite o apontamento de três prioridades por cada CBH e após isso, relacionar-se-ia com as prioridades do PNRH, a fim de dar maior liberdade a eles, mas sem perder o Plano de vista. O Sr. Jaildo (OTEP) afirmou que a consulta já ocorreu diversas vezes, de distintas formas e os resultados não foram satisfatórios. Afirmou não questionar a Resolução que estabelece a consulta, mas da forma como tem sido feita é inócua. Sugeriu consultar apenas os conselhos estaduais, que por sua vez se articulariam com os comitês, para evitar redundância de representações. O Sr. Marco (ANA) alertou para a necessidade de avaliar a compatibilidade entre as prioridades advindas do PNRH e da possível consulta que se fará para fins de direcionamento da aplicação dos recursos do setor elétrico. Assim, ele percebe duas possibilidades: adotar as prioridades do PNRH como sendo as prioridades para aplicação dos recursos do setor elétrico ou alterar a Resolução 70 e aperfeiçoar o processo de consulta, a fim de dialogar com as prioridades do PNRH. Para tanto, seria necessária uma articulação com a CTPNRH. O Sr. Jaildo (OTEP) defendeu a adoção das prioridades advindas do PNRH e que a ANA apresente anualmente sua execução orçamentária ao CNRH. O Sr. Geraldo (MMA) defendeu a manutenção da consulta aos CERH e CBHs federais, para não se fechar esse canal de diálogo, pois entende ser distinto do realizado para o PNRH. O Sr. Wilson (Pescadores) argumentou que é claro que as prioridades que seriam definidas pela consulta estariam inseridas nas definidas para o PNRH, porém não se deveria encerrar essa forma de consulta, mas sim, aprimorá-la. O Sr. Silvio (SABESP) corroborou com a opinião do Sr. Wilson, quanto à necessidade em se realizar a pesquisa, desde que aprimorada e bem articulada com as prioridades do PNRH. O Sr. Hélio (CBHs) sugeriu que consulte os CBHs para que eles priorizem as iniciativas advindas do PNRH. O Sr. Wilson (Turismo) discordou dessa proposta, por entender que a consulta deve ser ampla, não restrita às prioridades do PNRH. Segundo a Sra. Adriana (SRHQ), a Resolução 70 permite que se altere a base da consulta, ou seja, pode-se utilizar agora a Resolução 181, que traz as prioridades definidas no PNRH. A Presidente lembrou que o prazo da consulta seria até final de abril para ser discutido pela CTIL em maio e na plenária em junho, ou seja, que nosso tempo seria curto. A Sra. Adriana (SRHQ) sugeriu que a CTCOB elabore minuta de Resolução que considere a Resolução 181 para o orçamento de 2018, e estabeleça que haverá consulta para os orçamentos 2019-2020, segundo a Resolução 70 e suas alterações. O Sr. Alexandre (FIESP) e o Sr. Wilson (Turismo) demandaram que a ANA apresente à CTCOB a aplicação dos recursos oriundos do setor elétrico, pois é competência dessa Câmara elaborar relatório e apresentar ao plenário. A Presidente se comprometeu a trazer esse tema novamente para a próxima reunião. A proposta foi aceita. A Presidente e o relator elaboraram minuta de Resolução fora do horário da reunião, considerando o que foi deliberado, a qual foi apresentada no dia seguinte da reunião. Após alguns ajustes, a minuta foi aprovada. [Item 5 - Definição de propostas de pauta e de agenda de reuniões para 2017, considerando os temas prioritários encaminhados pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020](#): o relator apresentou os temas prioritários definidos e hierarquizados pelos conselheiros. A

Presidente sugeriu que ela e o relator iriam trabalhar na planilha com os temas após o horário da reunião, de modo a organizá-los para ser apresentado na reunião do dia seguinte, o que foi aceito. Assim, a proposta foi apresentada no dia seguinte, a qual trouxe os temas divididos em dois eixos: o instrumento da cobrança em si; e o outro, a aplicação do instrumento da cobrança. As propostas foram organizadas em itens e subitens. O documento foi debatido e recebeu pequenas sugestões de ajustes, sendo, por fim, aceito pelos representantes da Câmara. A Presidente se comprometeu em enviar a minuta aos membros da Câmara e discutir o tema na próxima reunião. Seguiu-se pela elaboração de proposta de calendário para 2017, resultando nas seguintes datas: 27 e 28/março, 16 e 17/maio, 27 e 28/junho, 15 e 16/agosto, 03 e 04/outubro e 06 e 07/novembro. [Item 6 – Debate sobre os encaminhamentos do Relatório do GT – ED](#): o Sr. Jaildo (OTEP), relator do GT-ED, argumentou que entende que a lista de prioridades apresentadas (item 3), definidas pelos conselheiros e pelo PNRH, e que será conteúdo das reuniões da CTCOB para os próximos anos, já contemplam os encaminhamentos do Relatório do GT – ED, a saber: “Retomada, na CTCOB, da discussão da evolução da situação das delegatárias em relação a sua sustentabilidade econômico financeira tendo em vista as metas do contrato de gestão e o exercício da função de secretaria executiva; Proposição, pelo CNRH, de procedimento contendo regras gerais para a avaliação da sustentabilidade econômico financeira das delegatárias com vistas à indicação, seleção, contratação e delegação; e Proposição, pelo CNRH, de normativa para a aplicação dos recursos da cobrança pelo setor elétrico para apoio ao custeio das delegatárias”. Segundo ele, o Relatório está concluído e cumpriu sua função. [Item 7 - Análise da viabilidade de implementação de mecanismos de correção do preço público unitário – PPU](#): o relator contextualizou a demanda para que a CTCOB debatesse esse tema. Informou que a plenária, após recusa de inserir esse mecanismo na proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia do rio Paranaíba, seguindo a orientação da CTIL, solicitou que a CTCOB debatesse o tema de modo amplo, a fim de abranger todo o país. O Sr. Marco (ANA) realizou uma apresentação sobre o tema, tendo em vista que a proposta de inserir o mecanismo de correção na cobrança da bacia do rio Paranaíba proveio de nota técnica dessa Agência. Informou que a preocupação de revisão dos mecanismos e valores de cobrança é antiga, que ocorreu já em 2006 na bacia do rio Paranaíba do Sul, assim como, posteriormente na bacia do PCJ. Apresentou estudos da União Europeia e Câmara dos Deputados brasileira que recomendam a correção dos preços para evitar sua depreciação. Demonstrou que esse tema já foi debatido na CTCOB e plenária do CNRH, notadamente devido à necessidade de prover sustentabilidade financeira às entidades delegatárias. Apresentou ainda, que a ANA, por meio de notas técnicas, já vem apresentando a necessidade de realizar esse debate. Argumentou que há prejuízos no cumprimento dos objetivos da Lei 9.433, quando há desvalorização acentuada dos valores da cobrança. E ainda, apresentou gráficos que demonstravam a defasagem dos preços da cobrança em diversas bacias, comparados à inflação. Ele concluiu a apresentação com as seguintes proposições: elaboração de minuta de resolução que considere: “definição dos PPUs pelo CNRH (anual ou plurianual); possibilidade de revisão dos PPUs a qualquer tempo (por sugestão CBH); reajuste anual dos PPUs; reajuste por índice de inflação, e publicidade dos novos PPUs”. O Sr. Wilson (Turismo) argumentou que a cobrança é definida nos CBHs por meio de um pacto, que deve ser respeitado. Segundo ele, o próprio CBH deve estabelecer as formas de reajuste. O Sr. Renato (MME) argumentou que todos os custos no país são reajustados e que seria normal a correção dos preços da cobrança, tal qual ocorre anualmente com as tarifas de energia e considerando a sazonalidade e bandeiras de tarifa. O Sr. Gustavo (CNA) argumentou que o setor elétrico é monopolista e repassa diretamente o custo aos usuários, o que difere de outros setores, tal qual o de irrigantes. Além disso, questionou a eficácia da aplicação dos recursos da cobrança e seus resultados na bacia. O Sr. Silvio (SABESP) questionou que a discussão é enviesada, pois é voltada ao atendimento do funcionamento das entidades delegatárias por meio dos 7,5%. Alegou que há excesso de recursos não aplicados nas entidades e não se tem a percepção de resultados concretos. O Sr. Hélio (CBHs) argumentou que antes de se debater índice de correção de preços, deve-se debater e definir indicadores para aferição dos resultados da aplicação dos recursos. Declarou que acha que o Sistema ainda não está maduro para debater índice de correção monetária e que esse debate deve ocorrer nos CBHs. O Sr. Percy (CNI) sugeriu que a CTCOB consulte a ata da última reunião da CTIL e convide alguém dessa

Câmara para explicar as razões legais da rejeição à proposta de índice de correção monetária para a bacia do rio Paranaíba. Ele questionou o modelo centralizador e tecnocrático de se decidir em Brasília normas e índices automáticos de correção monetária, que deveriam ser debatidos no âmbito dos CBHs. Argumentou ainda, a dificuldade do setor produtivo em repassar os custos adicionais aos consumidores. Sugeriu que a ANA repasse 4 a 5% dos seus recursos orçamentários às entidades delegatárias para viabilizar sua sustentabilidade. A Sra. Maria Aparecida (Energisa) argumentou que o setor elétrico sofre constantes reajustes nos preços pagos pelo uso de recursos hídricos e que as despesas das entidades delegatárias, como salários, por exemplo, são crescentes. Ela defendeu a adoção de índice de correção para reduzir o desgaste ao qual são submetidos os membros dos CBHs de debater anualmente os reajustes de preços, que não é positivo para a bacia. Além disso, traria tranquilidade ao setor usuário ter previsibilidade quanto ao aumento dos preços. Ela defendeu que não se pode misturar o índice de reajuste com os mecanismos e preços da cobrança, pois esses sim devem ser definidos nas bacias, mas o primeiro pode ser regra geral. O Sr. Ney (ANA) defendeu a criação de um índice de correção, tendo em vista a profunda defasagem dos preços nos últimos anos e a necessidade de manter a sustentabilidade financeira do sistema e a efetividade do instrumento de cobrança. O Sr. Jaido (OTEP) disse que o que parece é que queremos ser enganados, pois os atuais valores não propiciam que os objetivos da cobrança sejam atendidos. Afirmou que se está ignorando a necessidade de sustentabilidade das delegatárias, uma vez que a cobrança se inicia com valores baixos e a inflação os corrói com o tempo. O Sr. João Fernandes (AESAPB) afirmou que os CBHs fingem que cobram e os usuários fingem que pagam. Segundo ele, o empresariado nacional precisa entender a importância do custo da água e aportar esses custos nas duas despesas, tal qual os demais insumos. O Sr. Percy (CNI) solicitou que a Secretaria Executiva do CNRH e a ANA consultem suas consultorias jurídicas sobre a legalidade do CNRH instituir um índice de correção monetária. O relator declarou que há orientação do plenário do CNRH e de sua Secretaria Executiva, que as questões legais e institucionais sejam debatidas no âmbito da CTIL e não levadas à Consultoria Jurídica do MMA. O Sr. Marco (ANA) afirmou que levará a questão ao jurídico da ANA, mas que esta não é oficialmente instituição de apoio jurídico ao CNRH. O Sr. Geraldo (MMA) argumentou que os valores dos PPU são muito baixos e mesmo que incida um índice de correção, estes continuarão baixos. Afirmou que é necessário distinguir PPU, que é negociado e definido no âmbito do CBH, de correção monetária. A Sra. Sônia (IGAM) afirmou que há uma tendência dos CBHs em manterem os preços por inércia ou dificuldade de debate-los, devido ao desgaste que ocorre. Argumentou que a questão da eficácia no uso dos recursos financeiros é outra questão. O Sr. Alexandre (FIESP) questionou a definição dos preços de cobrança em função do atendimento à manutenção das despesas das delegatárias, limitado aos 7,5%. Ele questionou a legalidade de uma regra geral para todos os CBHs, pois pode haver casos em que não sejam necessários ou desejáveis reajustes por parte de seus membros. O Sr. João (Ministério da Fazenda) declarou que não há impedimento de se instituir índice de reajuste de preço atrelado à inflação. O Sr. Wilson (Turismo) afirmou se preocupar em ter uma regra geral para todos os CBHs, pois cada um está em um contexto e é prerrogativa destes fazerem o debate e propor os reajustes e que os enfraqueceria a definição de reajuste geral. O Sr. Ney (ANA) afirmou que o que enfraquece o sistema é a desmoralização do instrumento de cobrança e sua acentuada queda do poder de compra. Ele propôs que a ANA elabore e encaminhe proposta de resolução sobre o tema para a próxima reunião. O Sr. Alexandre (FIESP) e o Sr. Percy (CNI) questionaram a forma da CTCOB se manifestar, que não precisaria ser necessariamente via resolução e tampouco na próxima reunião. O Sr. Alexandre (FIESP) mencionou um parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos de São Paulo, de 2015, sobre a possibilidade de aplicação de correção monetária sobre os valores da cobrança. Ele se comprometeu em encaminhar à Secretaria Executiva para repassar aos membros da Câmara. O encaminhamento final da Câmara foi: a ANA encaminhará para a próxima reunião, o parecer de sua Consultoria Jurídica sobre a matéria e minuta de resolução. O Sr. Wilson (Turismo) solicitou ainda, a presença do Presidente da CTIL e o envio da ata da última reunião, para que eles possam se informar sobre a sugestão de retirada do índice de correção da proposta de cobrança da bacia do rio Paranaíba. [Item 8 – Proposta de Resolução CNRH para definição dos valores a serem cobrados pelo uso de recursos hídricos de domínio da União em](#)

áreas circunscritas a unidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos: a Presidente informou que esse item foi uma demanda dos conselhos estaduais do Rio de Janeiro e da Paraíba. Informou que esse tema já foi debatido no final de 2015 na Câmara e que ela havia ficado encarregada de consultar o Jurídico do INEA-RJ sobre a viabilidade da proposta, cuja resposta foi positiva. Ela explicou que se trata de proposta de cobrança pelo uso de recursos hídricos em áreas de domínio da União, onde haja comitê de bacia estadual, com cobrança instalada. Como não se justifica instalar CBHs federais nessas áreas, a cobrança poderia ser feita pelos estaduais. Segunda ela, trata-se de uma lacuna a ser debatida e solucionada pelo CNRH. São áreas em que há captação de água, geralmente de boa qualidade, principalmente unidades de conservação - UCs federais, com outorgas federais concedidas pela ANA, porém não se cobra. Ela exemplificou com o Parque Nacional da Tijuca, Reserva Biológica do Tinguá e outras UCs fluminenses. Informou trazer proposta única de resolução dos dois conselhos estaduais, que será debatida nessa Câmara. Trata-se da mesma minuta debatida em 2016. O Sr. Alexandre (FIESP) perguntou se haveria participação de usuários dessas áreas federais no CBH. A Presidente informou que já há participação dos usuários e demais setores no CBH estadual. Não caberia ao CNRH estabelecer a garantia de assento de nenhum representante, pois se trata de arranjo e composição locais, definidos pelo próprio CBH. O Sr. Geraldo (MMA) ressaltou a necessidade de convidar o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU para o debate. A Presidente, a Sra. Maria Aparecida (Energisa) e o Sr. Gustavo (CNA) alegaram não haver a necessidade, por se tratar de gestão de recursos hídricos, tal qual ocorre em outras áreas que não são UCs e há captação. Ademais, esses atores podem ser membros de CBHs. A Presidente leu a minuta de resolução e abriu para discussão. O Sr. João Clímaco (ONG) alegou necessitar de mais tempo para discutir com sua base de apoio e a necessidade de a resolução detalhar a forma de aplicação dos recursos, contemplando investimentos para as áreas federais, ou seja, doadoras de água para a bacia. Ou seja, estabelecer uma compensação para essas áreas federais, que fornecem água de boa qualidade e que passarão a ser cobradas. A Sra. Maria Aparecida (Energisa) argumentou que é possível resolver essa questão por meio de pagamentos por serviços ambientais – PSA, mas que de qualquer forma, esse tipo de decisão caberia aos CBHs. O Sr. Marco (ANA) alegou que se trata de dois sistemas distintos: o de recursos hídricos e o de unidades de conservação e que não caberia ao primeiro financiar o segundo, nesse caso. A Sra. Sônia (IGAM) sugeriu alterar na minuta de Resolução onde se lê “cobrança implementada” para “cobrança implementada ou em discussão”. Ela sugeriu revisar a redação, pois as palavras “recursos hídricos” estão repetitivas. O Sr. Marco (ANA) informou que a cobrança continuaria sendo feita pela ANA, que deverá buscar um meio para operacionalizar o repasse ao Estado ou ao CBH estadual. Segundo o entendimento da ANA, a delegação de cobrança para o órgão gestor de recursos hídricos estadual ainda não é possível. O Sr. Geraldo (MMA) e a Sra. Mônica (ABRAGE) questionaram o não envio da minuta de resolução pela Secretaria Executiva e por isso não entendiam que haveria debate aprofundado e votação. A Sra. Mônica (ABRAGE) questionou o parágrafo segundo do artigo terceiro: “dar-se-á preferência para a aplicação dos valores arrecadados”. Ela alegou que está muito aberto. O Sr. Sílvio (SABESP) alegou que o termo mais adequado seria “áreas inscritas” ao invés de “áreas circunscritas”. A Presidente concordou em deixar o debate da minuta para a próxima reunião, já com revisão de texto a ser feito por ela. Item 9 - Assuntos Gerais / Encerramento: o Sr. João Clímaco (ONG) argumentou pela necessidade de se rediscutir os instrumentos de gestão de recursos hídricos da bacia do rio Doce, tendo em vista o novo contexto, após desastre ambiental envolvendo a empresa Samarco. Não havendo mais informes, a Presidente encerrou a reunião.

Ata aprovada durante a 96ª Reunião da CTCOB, em 17 de maio de 2017.

LÍVIA SOALHEIRO
Presidente

TARCISIO NUNES
Relator